

GRADUAÇÃO EM ETNODESENVOLVIMENTO: CONCEPÇÕES QUE ORIENTAM A CONSTRUÇÃO DOS PLANOS DE AÇÃO DAS COMUNIDADES DE PERTENÇA

Antônia Maria Monteiro da Costa¹, Jonas Manoel Pereira de Medina², Carla Giovana Souza Rocha³

Resumo

O objetivo desse artigo é refletir sobre o processo de construção dos planos de ações das comunidades de pertença dos discentes do curso em Etnodesenvolvimento e as concepções envolvidas que os orientaram. Para isso, foram sistematizados seis planos de ação e realizadas entrevistas com dois estudantes que mediarão a elaboração dos planos em suas comunidades de pertença. Dentre as referências teóricas adotadas para construção dos planos de ação estão a contraposição ao desenvolvimentismo e estruturas coloniais, e o etnodesenvolvimento como direito à autodeterminação e a livre escolha de alternativas sociais e culturais e de viver sua própria cultura, com respeito aos direitos tradicionais, étnicos e culturais e aos saberes tradicionais. Todos os planos trazem notadamente a premissa de diálogo entre os saberes tradicionais e os saberes técnico-científicos e a perspectiva da sustentabilidade.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Educação diferenciada; Ensino Superior.

1 INTRODUÇÃO

O curso de Etnodesenvolvimento foi pensado numa proposta pedagógica aprovada nas instâncias superiores da UFPA, com apoio do Programa de Políticas Afirmativas para Povos Indígenas e Populações Tradicionais (PAPIT) e de projeto financiado pela Fundação Ford para assegurar e assistir a educação escolar e universitária para essas populações. Trata-se de uma conquista e ascensão dos direitos étnicos reconhecidos na Constituição Federal Brasileira de 1988, e, também regida no âmbito das leis internacionais que o Brasil é signatário, a exemplo da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), reconhecida em 1989 e promulgada em 19 de abril de 2004 pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva.

O curso de etnodesenvolvimento tem construído uma referência na graduação

¹ Bacharelado e Licenciatura em Etnodesenvolvimento, cunhacostaac@gmail.com; CV: <http://lattes.cnpq.br/3896299170899235>.

² Bacharelado e Licenciatura em Etnodesenvolvimento, professor Secretaria de Educação de Medicilândia, PA; jonasmanoelmedina@gmail.com;

³ Doutorado em Desenvolvimento Rural, docente da UFPA/Altamira-Faculdade de Etnodiversidade; crocha@ufpa.br; rua Coronel José Porfírio, 2515; CV: <http://lattes.cnpq.br/6995325935325969>; <https://orcid.org/0000-0002-7066-0480>

brasileira ao ofertar turmas desde 2010, assegurando a inclusão educacional e o respeito à etnicidade de povos indígenas e comunidades tradicionais, se constituindo em um curso de educação diferenciada, e visa a inserção dos profissionais em diferentes espaços de atuação, ocupando funções voltadas para assegurar os direitos, os saberes, a relação intercultural autônoma dos povos do campo, das florestas e das águas.

Baseado na motivação de perceber como os estudantes se apropriaram das premissas do etnodesenvolvimento debatidas no curso, o objetivo do trabalho é refletir sobre o processo de construção dos planos de ações das comunidades de pertença dos discentes do curso em Etnodesenvolvimento e as concepções envolvidas que o orientaram.

Para isso, foram sistematizados seis planos de ação de estudantes de três turmas do curso (MEDINA, 2017; SANTOS, 2018; COSTA, 2019; BRILHANTE, 2019; RIBEIRO FILHO, 2019; POMBO, 2020) e realizadas entrevistas com dois egressos que mediarão a elaboração dos planos em suas comunidades de pertença, por meio de questionário que continha perguntas abertas relacionadas ao processo de construção do plano e sobre a apropriação da noção de etnodesenvolvimento.

A GRADUAÇÃO EM ETNODESENVOLVIMENTO

A lei 12.711 de 29 de agosto de 2012 dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências para regulamentação das chamadas lei de cotas ou Lei Darcy Ribeiro que reconhece o direito de acesso à educação básica e superior via cotas étnico-raciais. O artigo 3º alterado pela Lei nº 13.409, de 2016, especifica:

Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (BRASIL, 2012).

Na vanguarda da regulamentação dessa lei para o ensino superior, o curso de Etnodesenvolvimento foi criado. O mesmo teve o seu Projeto Pedagógico do Curso (PPC) aprovado pela resolução nº 3.861 de 22 de maio de 2009, que garantia a dupla formação em licenciado e bacharel em Etnodesenvolvimento, o que ocorreu da primeira turma em 2010 até a de 2016, constando como objetivo geral do curso e perfil do egresso:

Art. 1º Preparar recursos humanos oriundos de povos indígenas e populações tradicionais dotados de capacidade de gerenciar informações e contatos com possibilidade de intervir socialmente a partir de auto-reflexão sistemática. Profissionais capazes de refletir no momento em que atuam, sobre as consequências sócio-político culturais dos métodos e ideias de que são portadores frente aos diversos agentes sociais presentes na situação de intervenção (UFPA, 2009).

Art. 2º O perfil do profissional egresso do Curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento deverá ser licenciado e gestor capaz de divisar os obstáculos das ações cotidianas e planejar modos conscientes e avaliáveis de superá-los executando o planejamento de acordo com as metas estabelecidas pelos projetos de futuro socialmente diferenciado formulados pelas populações junto às quais esteja atuando, estas sim os agentes por excelência do etnodesenvolvimento (UFPA, 2009).

A partir da resolução 5.124 de 23 de janeiro de 2019 da UFPA que aprova o novo PPC o curso passa a ser Licenciatura em Etnodesenvolvimento, em cumprimento à Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores em nível superior (CNE, 2015). Segundo o PPC reformulado em 2019, no objetivo do curso e no perfil do egresso passa a figurar os termos licenciados e etnoeducadores, mas também o de agentes do etnodesenvolvimento, expondo uma discussão sobre os princípios fundadores do curso que não são abandonados no novo PPC, de formar agentes que busquem a mudança, seja em ambientes escolares, nas organizações sociais, junto às suas comunidades ou entidades e órgãos gestores.

Art. 1º O Curso de Licenciatura em Etnodesenvolvimento da Universidade Federal do Pará tem por objetivo formar profissionais para atuar na área do ensino de Etnodesenvolvimento com ênfase em Ciências Humanas e Sociais, exercendo a docência nas disciplinas e atividades curriculares de Filosofia, Sociologia, História e Geografia, bem como na gestão e organização do trabalho pedagógico escolar.

Art. 2º O perfil do egresso do Curso de Licenciatura em Etnodesenvolvimento deverá ser portador de sólida formação geral, humanística com capacidade de análise, domínio dos conceitos e da utilização de argumentação, interpretação e valorização dos saberes e conhecimentos sócio-históricos e filosóficos, para atuarem nos níveis do Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio, bem como este profissional estará apto para desenvolver atividades socioeducativas de agentes do etnodesenvolvimento e/ou etnoeducadores, em ambientes não-escolares (UFPA, 2019).

Nessa perspectiva de atuação, são garantidos processos diferenciados de seleção na instituição, assegurando o acesso à universidade de diversos grupos, como indígenas, quilombolas, agricultores familiares, extrativistas, ribeirinhos e pescadores, apoiando-se na definição contida no artigo 3º do Decreto no 6.040/2007, em que povos e comunidades tradicionais são:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Assim, o processo seletivo para entrada no curso envolve a comprovação de pertença à comunidade tradicional ou povo indígena por meio de uma declaração de pertencimento ou autodeclaração, respectivamente, além da apresentação de um documento original de recomendação da entidade ou comunidade, conforme a peculiaridade de cada grupo.

Conforme o PPC em Etnodesenvolvimento de 2009, as atividades curriculares estão organizadas a partir do eixo Diversidade Cultural, em oito núcleos: Sistemas de saúde; Educação; Direitos Humanos; Sociedade e meio ambiente; Identidades, Nação e Território; Linguagens étnicas; Desenvolvimento e sustentabilidade, além das Atividades Complementares. Os discentes através das pesquisas elaboradas no lugar de pertença, com base na Pedagogia da Alternância, que articula os componentes didático-pedagógicos nos Tempos Universidade e Tempos Comunidade. No PPC de 2019, o curso está organizado em quatro núcleos: o comum, o das áreas específicas, o integrador e o de formação complementar. Mantendo os princípios da Pedagogia da Alternância.

Em qualquer uma das versões de projeto pedagógico do curso, é prevista a construção de planos de ações em diálogo entre os estudantes e suas comunidades de pertença. Esse plano de ação seria o resultado final de atividades de pesquisa e ação ao longo do curso “em discussão com as comunidades-alvo do mesmo; deverá partir da problematização da realidade das comunidades dos discentes e a ela retornar, como meio de estabelecer diálogo entre o conhecimento científico e sua vivência coletiva” (UFPA, 2008). E, mais recentemente, na formação em licenciatura, o trabalho final pode contemplar “plano de ação em ambientes escolares e não-escolares, material didático ou pedagógico, memorial, artigo, produção artístico-cultural ou literária” (UFPA, 2019).

Em 05 de janeiro de 2011 ocorreu a aula inaugural da primeira turma do curso que contou com estudantes indígenas, quilombolas, agricultores familiares, extrativistas e ribeirinhos. Nas turmas de 2017 e 2019 que estão em funcionamento se tem expressiva representatividade de estudantes quilombolas da região do Marajó, e das Unidades de Conservação e comunidades ribeirinhas da Terra do Meio de Altamira, respectivamente.

O curso tem conseguido ampliar o reconhecimento de suas habilitações, fruto da inserção dos egressos e dos professores e gestores da UFPA que tem atuado junto aos órgãos públicos e organizações sociais para integrar o profissional etnoeducador ou gestor em etnodesenvolvimento em seus processos seletivos e editais em geral, podendo atuar na gestão pública em instituições, ONG's e outras entidades, na ação educacional em territórios de

povos indígenas e tradicionais nas áreas de sua formação.

O profissional etnoeducador ou agente em etnodesenvolvimento habilitado na área de Ciências Humanas, pode atuar em diversas frentes, desde a gestão pública, educação, gestão ambiental, ocupando cargos políticos e em organizações sociais. O Etnoeducador é instruído pelos componentes curriculares do curso em Etnodesenvolvimento de natureza multidisciplinar e que convergem entre si e reflete nas questões sociais, culturais, educacionais e econômica da região amazônica, organizados por temas transversais, tais como: conhecimento tradicionais e biodiversidade; ecoantropologia da Amazônia; proteção da natureza e sociobiodiversidade; etnoecologia e práticas educacionais e saberes em educação. Entendendo que os diálogos interculturais não são reduzidos ao ambiente escolar/universitário, representando as estruturas institucionais, instrumentalizando a escola e a universidade, mas se dão primordialmente no espaço dos movimentos sociais, das organizações que representam os povos tradicionais garantindo acesso ao que a ciência produziu.

Entretanto, o profissional em etnodesenvolvimento ainda encontra algumas dificuldades para o seu reconhecimento no mercado de trabalho formal, sendo até o momento mais integrado no setor da educação básica e em organizações sociais. Nessa perspectiva, várias iniciativas têm sido feitas pelos egressos, docentes, discentes e organizações, junto às secretarias municipais e estaduais, governos em várias instâncias, Ministério Público Federal e Estadual e diversas instituições para inserção em editais públicos de concursos ou processos seletivos, plano de cargos e carreiras, e outros instrumentos de contratação.

OS PLANOS DE AÇÃO DAS COMUNIDADES DE PERTENÇA

Nessa perspectiva de construção de planos de ação das comunidades de pertença, os estudantes fazem o esforço de estabelecer a tradução entre os aportes teóricos-metodológicos trabalhados no Tempo Universidade e as experiências e vivências do Tempo Comunidade. Dentre as referências teóricas estão a contraposição ao conceito de desenvolvimento e por sua vez, a introdução das premissas do etnodesenvolvimento. Essas premissas são orientadoras, encaradas como ideias em construção a partir das próprias experiências, e nesse percurso, os planos de ações apresentam indicadores de como os estudantes tem se apropriado teoricamente e na prática dessas premissas, na relação com suas comunidades, inclusive, nos desdobramentos para implementação do plano.

Bonfil Batalla e Stavenhagen deram as bases para a ideia de etnodesenvolvimento. Segundo Bonfil Batalla (1995, p. 467):

Se por etnodesenvolvimento se entende o exercício da capacidade social de um povo para construir seu futuro, aproveitando para isso os ensinamentos de sua experiência histórica e os recursos reais e potenciais de sua cultura, de acordo com um projeto que se defina segundo seus próprios valores e aspirações; então, o processo de etnodesenvolvimento exige o cumprimento de um certo número de condições ou requisitos de diversas índoles (tradução nossa).

Bonfil Batalla (1995, p.140) especifica que dentre os requisitos para a criação de condições para o etnodesenvolvimento, em termos de organização social, jurídica e política, se exige a capacitação de quadros do próprio grupo, e que:

Esses novos quadros não podem ser indivíduos desenraizados de seu grupo de origem, preconceituosos contra sua cultura, imitadores servis de formas e experiências estrangeiras. Ao contrário: esses quadros (os "intelectuais orgânicos" dos povos indígenas, se é que se quer dizer) devem ser formados com base em sua própria cultura, no conhecimento de sua verdadeira história, valorizando seus próprios recursos; e também, é claro, eles devem adquirir conhecimentos que eles e seus povos possam se apropriar, e que hoje pertence apenas a outras classes e outros povos como mais um resultado da concentração de riqueza (em seu sentido mais amplo) ao colonialismo.

Parente e Miléo (2021, p.3) citam que para o curso de Etnodesenvolvimento, essa base teórica aportada se constitui como “ferramenta de luta política e conquista de direitos diferenciados para a garantia da autonomia cultural desses sujeitos sociais, com vistas à concretização do projeto de futuro que almejam para suas sociedades”.

Bonfil Batalla (2019) em sua obra “México profundo: uma civilização negada” já enfatizava a condição ou natureza pluriétnica do México, que se contrapõe ao México imaginário, constituindo dois paradigmas que são “construídos sobre diferentes formas de conceber o mundo, a natureza, a sociedade, e a humanidade” (BONFIL-BATALLA, 2019, p. 143). Nesse sentido, o não reconhecimento dos direitos dos povos e grupos sociais culturalmente diferenciados pelos Estados-nação está alinhado às estratégias colonialista, desenvolvimentista-capitalista.

Stavenhagen apresenta alguns elementos, que em conjunto, constituem estratégias para o que considerou como desenvolvimento alternativo independente, rejeitando modelos impostos do exterior. Nessa direção, aponta que se adotem estratégias voltadas para satisfazer as necessidades fundamentais de um grande número de pessoas e que enxergue além do crescimento econômico por si mesmo; que tenha uma visão endógena ou interna; que valorizem as tradições culturais existentes; que se respeite o meio ambiente, levando ao que se pode denominar de sustentabilidade ecológica; estar baseada sempre que possível no uso auto-sustentável dos recursos naturais, técnicos ou humanos locais, baseando-se na ideia de eco-desenvolvimento de Sachs; sejam orientadas para auto-sustentação, nos níveis local, nacional e regional; ser participante, orientada para as populações e suas identidades étnicas, que participam em todos os níveis do processo de desenvolvimento (STAVENHAGEN,

2018, p.17-19). Stavenhagen (2018, p. 41) concluiu que etnodesenvolvimento é: “o desenvolvimento de grupos étnicos no interior de sociedades mais amplas, deva tornar-se a principal questão da reflexão sobre o desenvolvimento, tanto teórica quanto praticamente”.

Além destes, outros autores são estudados no curso para relacionar o debate do etnodesenvolvimento com as mediações político-culturais, gestão territorial e políticas públicas. Assim como, a perspectiva social e ambiental, vistas por diversas concepções, como a do princípio do protagonismo dos atores locais e da sustentabilidade socioambiental, e do bem viver (ANJOS, 2009; LIMA, 2014; OLIVEIRA, 2000; LITTLE, 2002; ACOSTA, 2016; QUIJANO, 2014).

Nesse caminho de construção de processos de etnodesenvolvimento a partir dos planos de ações das comunidades de pertença, destacamos quatro premissas a serem consideradas: a) desenvolvimento como direito à autodeterminação e a livre escolha de alternativas sociais e culturais e de viver sua própria cultura; b) desenvolvimento com etnicidade, com respeito aos direitos tradicionais, étnicos e culturais; c) respeito aos saberes tradicionais e diálogo entre os saberes tradicionais e os saberes técnico-científicos externos e d) perspectiva da sustentabilidade.

Os planos são construídos ao longo do curso, subsidiado pelas pesquisas dos oito tempos comunidades, pela discussão e definição do tema a partir da conversa comunitária. O plano de ação incorpora elementos novos a cada semestre, fruto da geração e sistematização de dados, da pesquisa bibliográfica e do diálogo estabelecido com os sujeitos de cada comunidade de pertença.

Todo plano de ação segue uma estrutura de texto que contempla os seguintes elementos: introdução e apresentação do tema escolhido pela comunidade; caracterização e história do município e comunidade, mostrando os aspectos ambientais, sociais, comerciais e produtivos locais; problemática, com fundamentação teórica de estudos já realizados e conceitos indispensáveis para entendimento do tema escolhido; justificativa; objetivos; metas; metodologia, com detalhamento das ações e princípios teóricos e técnicos que balizarão a ação; recursos financeiros, recursos humanos, parcerias e infraestrutura necessárias; cronograma de atividades; considerações finais e referências. Cada autor ou autora faz adaptações em sua estrutura e sequência, mas, normalmente os planos contemplam esses elementos, acrescentadas de fundamentação teórica e metodológica inerentes ao tema.

No Quadro 1 estão sistematizados seis planos de ação com temas ligados aos sistemas produtivos, sejam de técnicas ou práticas de manejo, de preparo de área, de planejamento do

uso da terra, organização, mercados e aproveitamento de resíduos orgânicos.

Autores latino-americanos como Quijano (1992), Santos e Meneses (2010), Escobar (2005) criticam o colonialismo manifestado nas relações de poder, de saber e na cultura, considerado como visão eurocêntrica dos grupos dominantes do sistema-mundo moderno colonial. Nessa visão, os povos indígenas e populações tradicionais, quilombolas e agricultores familiares são concebidos como figuras do atraso, que precisam se modernizar através de tecnologias preconizadas pelo setor agroquímico e mecânico industrial, pelas relações comerciais das commodities do agronegócio e defesa da expansão das atividades mineradora, florestal, e outras que visam o uso sem regras dos elementos do meio natural. Como resultado dessas dinâmicas nos deparamos com inúmeros conflitos territoriais e socioambientais, com apropriação e desterritorialização das terras das populações locais por latifundiários e empresas.

A autonomia como premissa dos processos de etnodesenvolvimento coloca em destaque a permanência dessas populações em seus territórios, definindo suas próprias relações econômicas e construindo suas visões de futuro. Como especifica Bonfil-Batalla (1995), o etnodesenvolvimento implica em fortalecer e ampliar a capacidade de decisão autônoma.

Assim, para a construção da demanda do tema que será desenvolvido no plano de ação, parte-se da problemática local e em oferecer oportunidades para que ocorram reuniões, conversas e atividades práticas que impulsionem as condições reais de autonomia das comunidades. Nesse processo, promover encontros para que as pessoas tenham voz e escuta atenta são princípios constituintes do plano. Assim, se busca não conduzir conforme a visão do estudante, dos orientadores, ou de uma pessoa específica da comunidade, mas partindo de conversas e reuniões, animando um processo contínuo de construção da demanda e do plano propriamente dito.

Quando se fala de lugar, de comunidade, se remete à história, às práticas de um determinado coletivo, ao conhecimento local e à relação que as pessoas mantêm entre si e com a natureza. No entanto, nota-se que ocorre uma supervalorização do conhecimento técnico produzido pelas instituições de pesquisa agropecuária, laboratórios privados e de profissionais das ciências agrárias pelas estudantes, em um primeiro momento da discussão do plano de ação com os professores. E com os debates em sala de aula e as leituras, vão se aportando novas concepções como a de interculturalidade como processo político, ideológico e epistêmico, tendo em vista a transformação sociopolítica. Walsh apresenta a ideia de pensamento fronteiro de Mignolo como a forma de colocar em diálogo crítico o conhecimento tradicional com as outras formas associadas ao mundo ocidental, e conclui que: “essa reformulação e essa perspectiva não implicam em simplesmente se colocar o conhecimento em diálogo, mas em se adotar um

posicionamento crítico sobre esses conhecimentos em face dos objetivos do projeto de transformação” (WALSH, 2019, p.30).

Nessa premissa da autonomia, parte-se de um processo pessoal de descolonizar a si mesmo, incluindo o de compreender que todos os conhecimentos devem ser reconhecidos e validados, e atenderem aos interesses das populações locais, conduzindo o diálogo para que os envolvidos no plano de ação também consigam descolonizar-se da visão que os conhecimentos que vem de fora são os “melhores” ou “técnicos”, e que por conseguinte, devem tomar o lugar do conhecimento tradicional, visto erroneamente como atrasado e que não responde as mudanças do meio.

Partindo dessa premissa para construir esse encontro entre diferentes conhecimentos como um diálogo de saberes, Porto-Gonçalves (2005) lembra o desafio de romper com a colonialidade do saber, e enfatiza o movimento em direção à concepção de interculturalidades:

[...] reconhecer que há pensamentos que aprenderam a viver entre lógicas distintas, a se mover entre diferentes códigos e, por isso, mais que multiculturalismo sinaliza para interculturalidades (S. R. Cucicanqui e C. Walsh, entre muitas e muitos), para gnosés liminares (Mignolo), para diálogo de saberes (Leff, Porto-Gonçalves) (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 4).

Santos e Meneses (2010) destacam como princípio da ecologia de saberes o “saber escutar profundamente” o outro, assim como não ocultar as divergências e contradições, enfatizando que todos os envolvidos no processo de diálogo, técnicos-pesquisadores, movimentos e populações envolvidas, são tradutores interculturais. Carneiro, Krefta e Folgado (2014, p. 336) expuseram a entrevista com Boaventura de Souza Santos, na qual o mesmo explica que a ecologia de saberes “visa precisamente valorizar os diálogos entre movimentos sociais, e entre eles e o conhecimento acadêmico progressista mais distante porque está fechado nas universidades e nos projetos de pesquisa”. E conclui que:” O importante é termos em mente que não basta o diálogo. É preciso retirar dele força organizativa e de articulação entre movimentos para as lutas sociais que serão cada vez mais arriscadas para os movimentos isolados” (CARNEIRO; KREFTA; FOLGADO, 2014, p.337).

Walsh (2019) afirma que a construção do conhecimento parte de uma relação simétrica entre os atores, que os mesmos estejam em situação de igualdade de direitos, no qual o conhecimento empírico seja reconhecido como ponto de partida do diálogo e das novas experiências, e que no processo se atenda às especificidades e objetivos das comunidades.

Nos planos de ação analisados há menção da valorização dos saberes tradicionais e acesso aos conhecimentos técnico-científico, oportunizando momentos de reuniões, em ações práticas, oficinas, e no convívio cotidiano (Quadro 1). No entanto, não se tem um debate teórico

dessa premissa em sua dimensão política e organizacional que expresse a perspectiva da interculturalidade crítica.

Quadro 1. Síntese de seis planos de ação, curso de Etnodesenvolvimento da UFPA.

Tema	Problemática central	Objetivo geral	Comunidade de pertença	Formas de participação da comunidade	Contribuição do plano à autodeterminação da comunidade	Diálogo de saberes e valorização dos conhecimentos tradicionais	Abordagem da sustentabilidade
Cultivo Agroecológico na Agricultura Familiar (MEDINA, 2017)	Uso abusivo de agrotóxicos; áreas antropizadas	Implantar roças orgânicas visando garantir a autossuficiência alimentar, qualidade de vida renda para os agricultores familiares, contribuindo para conservação do meio ambiente	Comunidade rural Miguel Gustavo, Medicilândia, Pará	Visitas nas casas, reuniões e seminários.	Incentivos à permanência no campo	valorização dos conhecimentos e as práticas tradicionais; produção de ciência passa pelas fontes primárias de quem produz conhecimento na prática e na experiência ancestral	Produção orgânica, recuperação de áreas antropizadas e conservação da flora e da fauna amazônica.
Manejo florestal de açaizais nativos: economia e autonomia na comunidade agroextrativista (COSTA, 2019)	Necessidade de aprimorar as técnicas de manejar o açaí para prolongar o período de safra e diminuir a perda da diversidade nativa.	Construir o diálogo entre saberes, tradicional e científico, sobre o manejo de açaizais nativos visando contribuir para a estabilidade econômica, aprimoramento da produção e comercialização	Comunidade Extrativista Sagrado Coração de Jesus, PAE Ilha Tangarazinho, Muana, Pará	Através do diálogo entre comunitários na decisão de todos os passos do plano de ação; colaboração nas entrevistas dos TCs; divisão das tarefas planejadas; criação de calendário de reuniões	Reforçou a organização e divisão de tarefas entre os envolvidos; motivação coletiva para as atividades planejadas; retomada da organização local.	Acesso aos conhecimentos técnicos-científicos produzidos pelos pesquisadores que podem aprimorar o manejo de açaí já feito pelos comunitários	Promover biodiversidade, fazendo um manejo de baixo impacto, para que além de ter como resultado o cultivo de bons frutos e ter uma safra mais estendida; equilibrar a flora e fauna local.
Piscicultura como estratégia de melhoria de vida na comunidade (BRILHANTE, 2019)	Diminuição dos peixes dos rios, lagos e Igarapé promovida pela pesca predatória; poluição das águas e técnicas predatórias	Potencializar a piscicultura, plantar espécies frutíferas e acessar políticas públicas em áreas de várzea visando à melhoria de vida das famílias	Comunidade tradicional São Raimundo da ilha de São Salvador, Gurupá, Pará	Pesquisa-ação, reuniões, atividades para implantação dos tanques e dos plantios; apoio dos egressos da Casa Familiar Rural para apoio técnico	Busca de recursos financeiros e de apoio das instituições para implementar as parcelas e tanques	Valorizando e resgatando os conhecimentos dos jovens egressos da CFR de Gurupá e dando novos aportes de conhecimentos produzidos por atores externos	Diversificação da produção, possibilidade de ampliar a renda e garantia alimentar

Tema	Problemática central	Objetivo geral	Comunidade de pertença	Formas de participação da comunidade	Contribuição do plano à autodeterminação da comunidade	Diálogo de saberes e valorização dos conhecimentos tradicionais	Abordagem da sustentabilidade
Sistemas ecológicos de cultivo de mandioca para a melhor gestão do território (POMBO, 2020)	Desmatamento desequilibrado do território e necessidade de aprimorar a gestão e uso da terra	Construir um instrumento de conservação da biodiversidade através da implantação de sistemas ecológicos de cultivo de mandioca em áreas de capoeira	Quilombo Jocojó, município de Gurupá, Marajó, Pará	Reuniões, oficinas e atividades práticas, mutirões para montagem das parcelas de cultivo com as pessoas envolvidas; montagem de unidade experimental	Ações foram integradas a outras propostas já encaminhadas na comunidade, reforçando o trabalho coletivo pela busca de soluções	reuniões e momentos práticos em que os saberes sejam compartilhados; convivência cotidiana, nas conversas serão definidos os melhores arranjos e práticas para cada situação	Uso de área degradada e de técnicas que prever uso de leguminosas, sem uso de fogo e arranjos que tenham diversidade de espécies nas parcelas
Fortalecimento da agricultura familiar na comunidade (RIBEIRO FILHO, 2019)	Evitar monocultivo; buscar alternativas para diversificação da produção	Fortalecer a agricultura na comunidade de Joana Peres através do consórcio de cultivos (perenes e essências nativas da região).	Comunidade Joana Peres, Baião, Pará	Metodologia de pesquisa-ação; reuniões, oficinas construídas por meio do diálogo de saberes, diagnóstico dos problemas e soluções; intercâmbio, atividades práticas coletivas por mutirão	Contribuir para autorreflexão aos comunitários para a importância da organização e de seus saberes, e que ninguém além de nós pode promover o etnodesenvolvimento.	diálogos como eixo os saberes e práticas tradicionais, valores étnicos, a história dos agricultores, discutindo a realidade e os problemas enfrentados pelos sujeitos	fortalecer a agricultura com consórcios agroflorestais, recuperação da floresta, conservação do solo e da biodiversidade, retenção de umidade, ambiente agradável para o trabalho, produção/renda o ano todo, alimentos saudáveis.
Aproveitamento de resíduos orgânicos da fábrica de polpas de frutas da Associação de Moradores Campo Verde (SANTOS, 2019)	perda dos resíduos da fábrica de polpas, poluição devido ao descarte inadequado dos resíduos; perda de produção e venda das propriedades; concentração fundiária	Contribuir com o fortalecimento social organizativo por meio do aproveitamento dos resíduos orgânicos da fábrica artesanal de polpas de frutas	Distrito de Campo Verde, Itaituba, Pará	Visitas, conversas, reuniões, entrevistas com as famílias para diagnóstico do problema e soluções; experimentação-teste, mutirões	"despaternalização" em busca da autonomia para os coletivos das organizações sociais existentes dentro das comunidades tradicionais.	diálogos permanentes dos saberes entre os povos e comunidades tradicionais	produção e uso de composto orgânico a partir dos resíduos do processamento das polpas de frutas; certificação para comercialização da polpa de frutas e do sistema de água

A perspectiva da sustentabilidade está presente em todos os planos de ação, notadamente por meio de adoção de práticas que promovam a expansão da agrobiodiversidade, a diversificação da produção, uso e recuperação de áreas degradadas, planejamento do uso da terra, práticas orgânicas e produção de alimentos saudáveis para melhoria da renda e alimentação das famílias. Dentre as propostas, se tem a implantação de sistemas agroflorestais, manejo de áreas de açaçais, tanques de peixes em associação com plantios agroflorestais, melhoria do sistema de plantio da mandioca via consórcios e planejamento da área e, o aproveitamento de resíduos orgânicos de frutas pela compostagem.

Na definição do que fazer para alcançar a sustentabilidade, as famílias vislumbram a importância de gerar renda, mas também de melhorar a alimentação. O ambiental passa pela escolha de técnicas viáveis considerando o aspecto socioeconômico. Nesse sentido, a preocupação vai na direção do que defende Stengers (2021) que apresentou como primeiro passo da ecologia de práticas, como ferramenta para nos fazer pensar, o de abordar as divergências que o processo aflora: “experimentando as questões que os praticantes podem aceitar como relevantes, mesmo que não sejam as suas próprias questões, ao invés de colocar questões insultuosas que os levariam a mobilizar e transformar a fronteira em uma defesa contra o seu exterior” (2021, p. 11). Admitindo que nesse processo não existe neutralidade de nenhuma parte envolvida e nem na técnica a ser definida. Assim, as técnicas a serem introduzidas nos sistemas produtivos não podem ser vistas como verdade absoluta, mas como possibilidades e aprendizados, abrindo para produção de novidades (PLOEG, 2004) e de inovação social (VACCAREZZA, 2011).

Os estudantes do curso de Etnodesenvolvimento e os comunitários, e suas organizações, no intuito de diminuir os custos das ações, e com isso, a menor dependência de recursos financeiros, definem por estratégia a realização das atividades via mutirão ou ajuda mútua, uso de recursos das próprias famílias e aproveitamento de recursos de projetos já aprovados. Entretanto, alguns planos necessitaram de financiamento e de parcerias com órgãos ou entidades externas para viabilizar alguma etapa do plano, para compra de materiais e equipamentos e para viabilizar serviços especializados. Assim, a continuidade dos planos está sendo estabelecida a partir da submissão de projeto para financiadores, por dentro do planejamento das organizações ou pela iniciativa das próprias famílias. Os estudantes apresentaram estratégias para proporcionar conversas, reuniões e eventos que visam definir os próximos passos do plano de ação e avaliação do mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os planos de ação se aproximam na prática às premissas do etnodesenvolvimento, buscando fortalecer a escolha de alternativas sociais e culturais pelas famílias envolvidas, assim como evidenciam como ponto de partida para construção dos mesmos o respeito aos direitos tradicionais, étnicos ou outros intrínsecos à cada população.

Articulado a esses direitos estão o respeito aos saberes tradicionais e diálogo entre os saberes tradicionais e os saberes técnico-científicos, pois todos os planos têm como foco os sistemas produtivos familiar ou coletivo, por meio da mudança nas práticas agroextrativistas, introduzindo ou aperfeiçoando as técnicas de manejo, de beneficiamento ou de criação. Esse foco deveria ter o aporte teórico em termos das concepções de diálogo de saberes ou ecologia de saberes, que apesar de serem citados, ainda necessita de aprofundamento sobre as implicações práticas no processo de troca de saberes presente em todos os planos. Outra abordagem que poderia ser reforçada é o de interculturalidade, notadamente em sua concepção crítica.

A perspectiva da sustentabilidade foi vislumbrada pelos elaboradores dos planos ao destacarem a preocupação ambiental e a sustentação econômica e social nas ações de âmbito técnico, da comercialização e da organização social.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia literária, Elefante, 2016.
- ANJOS, J. C. G.; LEITÃO, L. R. S. **Etnodesenvolvimento e mediações político-culturais no mundo rural**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.
- BONFIL-BATALLA, Guillermo. Etnodesarrollo: sus premisas jurídicas, políticas y de organización. In: **Obras escogidas de Guillermo Bonfil Batalla**. Tomo 2 (pp. 464 – 480). México: INAH / INI, 1995.
- BONFIL-BATALLA, Guillermo. **México profundo: uma civilização negada**. Tradução de Rebecca Lemos Igreja. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019. p. 327.
- BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 29 agosto. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em 22 de agosto de 2022.
- BRILHANTE, José Hailton Gama. **Piscicultura como estratégia de melhoria de vida na comunidade São Raimundo da Ilha de São Salvador, Gurupá, Pará**. Orientadora: Carla Giovana Souza Rocha. 2019. 39 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Curso de Etnodesenvolvimento, Faculdade de Etnodiversidade, Universidade Federal do Pará, Altamira, 2019.
- CARNEIRO, F. F. F.; KREFTA, N. M.; FOLGADO, C. A. R. A Praxis da Ecologia de Saberes:

entrevista de Boaventura de Sousa Santos. **Tempus – Actas de Saúde Coletiva**, v. 8, n. 2, p. Pág. 331-338, 30 jun. 2014.

COSTA, Antônia Maria Monteiro da. **Manejo florestal de açaizais nativos: economia e autonomia na comunidade agroextrativista Sagrado Coração de Jesus, Muaná, Ilha do Marajó, Pará**. Orientadora: Carla Giovana Souza Rocha. 2019. 39 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Curso de Etnodesenvolvimento, Faculdade de Etnodiversidade, Universidade Federal do Pará, Altamira, 2019.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.

LIMA, I. B. (Org.). **Etnodesenvolvimento e gestão territorial: comunidades indígenas e quilombolas**. Curitiba: Editora CRV, 2014.

LITTLE, P. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. **Tellus**, s/v., n. 2, 2002, p. 33-52.

MEDINA, Jonas Manoel Pereira de. **Cultivo Agroecológico na Agricultura Familiar**. Altamira. Orientadora: Carla Giovana Souza Rocha. 2017. 31 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Curso de Etnodesenvolvimento, Faculdade de Etnodiversidade, Universidade Federal do Pará, Altamira, 2017.

OLIVEIRA, R. C. de. Ação indigenista, eticidade e o diálogo interétnico. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 14, n. 40, p. 213-230, 2000. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9555>. Acesso em: 6 jun. 2022.

PARENTE, F. de A; MILÉO, I. do S. de O. O Curso de etnodesenvolvimento e a formação diferenciada e intercultural: contribuições no contexto educacional, sociopolítico e cultural da Amazônia. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, e78264, 202.

PLOEG, Jan Douwe van der *et al.* On regimes, novelties, niches and co-production. In: WISKERKE, Johannes S. C.; PLOEG, Jan Douwe van der (ed.). **Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture**. Assen: Royal Van Gorcum, 2004. p. 1-30.

POMBO, José Benaion. **Sistemas ecológicos de cultivo de mandioca para a melhor gestão do território do quilombo Jocojó, município de Gurupá, Marajó, Pará. Soure, PA**. Orientador: Carla Giovana Souza Rocha. 2020. 42 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Curso de Etnodesenvolvimento, Faculdade de Etnodiversidade, Universidade Federal do Pará, Altamira, 2020.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Apresentação edição em português. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.

QUIJANO, Aníbal. “Bien Vivir”: Entre el “desarrollo” y la des/colonialidad del poder. In: QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y Horizontes**. De la Dependencia HistóricoEstructural a la Colonialidad/ Descolonialidad del Poder. Buenos Aires: Clacso, 2014, pp.847-859.

RIBEIRO FILHO, Manoel Machado. **Fortalecimento da agricultura familiar na comunidade de Joana Peres, Baião, Pará**. Orientadora: Carla Giovana Souza Rocha. 2019. 43 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Curso de Etnodesenvolvimento, Faculdade de Etnodiversidade, Universidade Federal do Pará, Altamira, 2019.

SANTOS, Ana Flávia de Souza. **Aproveitamento de resíduos orgânicos da fábrica de polpas**

de frutas da associação de moradores Campo Verde, Itaituba-Pará. Orientadora: Carla Giovana Souza Rocha. 2018. 31 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Curso de Etnodesenvolvimento, Faculdade de Etnodiversidade, Universidade Federal do Pará, Altamira, 2018.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. .P. (Orgs.) **Epistemologia do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

STAVENHAGEN, R. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. **Anuário Antropológico**, 9(1), 11–44, 2018. Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6327>

STENGERS, Isabelle. Notas introdutórias sobre uma ecologia de práticas. In: MATTOS, Wladimir (org.). **Artecompostagem'21**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Artes, 2022. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/235576>>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Resolução 5.124 de 23 de janeiro de 2019 que aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Etnodesenvolvimento**. Belém: CONSEPE/UFPA, 2019. Disponível em http://www.ppc.proeg.ufpa.br/view/_paginas/_downloadAnexoProjeto.php?id=715&idProjeto=160

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Resolução n. 3861 de 22 de maio de 2009 que aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento**. Belém: CONSEPE/UFPA, 2009. Disponível em: https://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consepe/2009/Microsoft%20Word%20-%203861.pdf. Acesso em 09 de set. 2022.

VACCAREZZA, L. S. Ciencia, Tecnología y Sociedad: el estado de la cuestión en América Latina. **Ciência & Amp; Tecnologia Social**, 1(1). 2011. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/cts/article/view/7801>.